

PARECER JURÍDICO Nº 11 /2024

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2024

PROCESSO: 650/2024-PRO.ADM-CEHOP

REQUERENTE: Diretoria Administrativa e Financeira – DIRAF

EMENTA: Inexigibilidade de Licitação. Contratação Direta de Serviços Técnicos de Aperfeiçoamento de Pessoal.

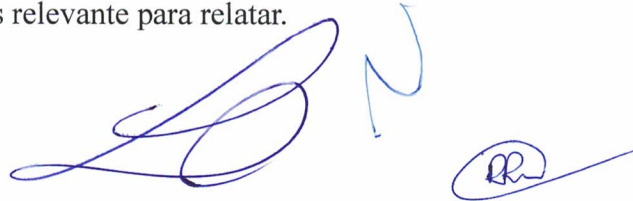
I. RELATÓRIO

A Diretoria Administrativa e Financeira desta Companhia, atendendo à solicitação da Presidência, nos encaminhou o processo acima identificado, para pronunciamento jurídico acerca dos procedimentos administrativos e legais a serem adotados, com o fito de proceder inscrição de um empregado da CEHOP, para participar do Curso “Contratos de Obras Públicas”.

Instruem o expediente administrativo eletrônico os seguintes documento:

- Justificativa na C.I nº 2908/2024- CEHOP, datada de 22/10/2024, solicitando de inscrição de dois empregados da CEHOP, no curso acima mencionado por meio da Inexigibilidade de Licitação, vez que se trata de empresa detentora de exclusividade na prestação de serviço do referido na cidade de Aracaju/SE;
- Contrato Social da ASEOPP;
- Programa: Conteúdo programático, carga horária, Justificativa e metodologia , Especialização/Exclusividade;
- Declaração Sobre Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro;
- Declaração sobre Aumento de Despesa;
- Declaração que não emprega menor de idade;
- Declaração de Recolhimento do ICMS;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais nº 580021/2024;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

É o que há de mais relevante para relatar.



CEHOP

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura - SEDURBI

Av. Adélia Franco, 3035 - D.I.A- Tel. (079) 3218-4000 - CEP. 49027-010 - Aracaju-SE

CNPJ: 13.006.572/0001-20

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Sobre o assunto, vejamos o que preceitua a Carta Magna Brasileira, sobre a obrigatoriedade do processo licitatório, embora ressalvados casos específicos, como adiante se lê:

Art. 37 – A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

XXI – Ressalvados os casos especificados nas legislações, as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Configura-se a inexigibilidade de licitação quando for inviável a competição conforme lição do reconhecido e renomado administrativista Marçal Justen Filho, *in verb*

“Dá-se a inexigibilidade de licitação quando for inviável a competição. O conceito de inviabilidade de competição não foi explicitado em lei, retratando intencional amplitude de abrangência.


Todas as situações que caracterizam a inviabilidade de competição podem propiciar a ausência de licitação e a contratação direta. A lei remete à verificação das circunstâncias de fato, reconhecendo implicitamente a impossibilidade de elenco exaustivo e adotado aprioristicamente.”

Assim, nos feitos de inexigibilidade, a competição é materialmente impossível, pela unicidade do objeto ou da pessoa que atenda às necessidades da Administração. Dessa forma, cumpre analisar de forma geral o enquadramento legal da contratação de serviços especializados, à luz dos critérios estipulados no art. 30, Inciso II da Lei nº 13.303/2016.

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a



inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

E sendo a competição um dos fundamentos básicos da licitação na busca pela proposta mais vantajosa para Administração Pública, a sua inviabilidade torna inócuo o procedimento licitatório e conseqüentemente a sua exigibilidade.

O curso em comento será realizado pela Associação Sergipana dos Empresários de Obras Públicas e Privadas - ASEOPP.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, estando presentes os pressupostos legais e necessários que disciplinam a matéria em voga, somos pela legalidade do procedimento adotado, sendo possível a inscrição dos funcionários desta Companhia, estando dispensada a realização de licitação para tanto, atendendo solicitação da Presidência, através da empresa mencionada, por possuir notória especialização na área a ser debatida.

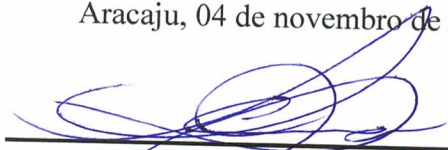
Ressaltamos ser de responsabilidade dos seus subscritores as informações constantes neste procedimento, recomendando que quando da contratação dos serviços seja apresentada toda documentação fiscal exigida pela legislação, devidamente atualizada.

Impõe-se observar, ainda, as demais providências de estilo, como ratificação pela autoridade superior e a publicação na imprensa oficial, como condição de eficácia dos atos.

É o parecer.

S.M.J.

Aracaju, 04 de novembro de 2024.



BRUNO LIMA NASCIMENTO
OAB/SE 13.569

De acordo:



JOSÉ ANÍSIO TORRES BARRETO
Chefe da Assessoria Jurídica

Ratifico:



ROSINA MARIA DE FÁTIMA R. VIEIRA
Diretora de Orçamento, Projetos e Serviços

CEIOP

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura - SEDURBI

Av. Adélia Franco, 3035 - D.I.A- Tel. (079) 3218-4000 - CEP. 49027-010 - Aracaju-SE

CNPJ: 13.006.572/0001-20